



# Anais da Assembleia

Nº 55

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 36.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1990  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (50).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Acir Mezzadri, Gernote Kirinus e Renato Adur (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

realizada votação nominal, para apreciação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 233/90 (Mensagem nº 90/90), no que se refere aos artigos 4º, 5º, e 6º.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 265/90, em 1.<sup>a</sup> discussão no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 264/90, em 1.<sup>a</sup> discussão no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 03 sessões, do Projeto de Lei nº 195/90, em 1.<sup>a</sup> discussão no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 03

sessões, do Projeto de Lei n° 293/90, em 2.<sup>a</sup> discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja retirado pelo prazo de 03 (três) sessões, o Projeto de Lei n° 285/90, em 2.<sup>a</sup> discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja retirado da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões, o Projeto de Lei n° 104/90.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a constituição da Assembléia em comissão geral para apreciar o Projeto de Lei N° 269/90 que cria o município de Esperança Nova na sessão plenária do dia 21 às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a constituição da Assembléia em comissão geral para apreciar o Projeto de Lei N° 268/90 que cria o município de Santa Felicidade na sessão plenária do dia 21 às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quinta, em 17.05.90

REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE PESAR pelo falecimento do Senhor FERNANDES SINHORINI, ocorrido em 15.05.90 no município de Londrina-PR.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas abaixo descritas.

. Celeste dos Santos (viúva)

Av. Paraná, 159, Ap. 402

Londrina - PR.

. Walter Sinhorinho (filho)

Rua Ary Camargo de Queiroz, 65 - Ap. 1902

Edifício Fontana Dei Draghi

Centro Cívico

Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1350

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão um "voto de congratulações" à direção, funcionários e colaboradores do jornal "O Paraná" de Cascavel, que acaba de completar 14 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Mário Pereira,

David Cheriegate

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O Paraná", de Cascavel, tem sido ao longo dos anos, desde a sua fundação, um dos mais vigilantes e combativos veículos de comunicação de nosso Estado, sempre atento às necessidades da grande comunidade paranaense.

Sempre com elevado senso crítico, o jornal "O Paraná" honra a melhor tradição de nossa imprensa cumprindo muitíssimo bem o sagrado dever de bem informar seus inúmeros leitores.

A passagem do 14° aniversário de fundação de um jornal dessa importância não poderia deixar de merecer registro nesta Casa de Leis, pelo que apresentamos o presente requerimento.

Uma vez aprovado, solicitamos seja dado ciência à direção de "O Paraná".

REQUERIMENTO N° 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela posse da nova diretoria do Jornal "Notícias do Vale", meio de comunicação do município de Ivaiporã, com circulação nos municípios componentes do Vale do Ivaí.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor LUIZ CARLOS GIL, Mui Digno Diretor do Jornal em refe-

rência, à Avenida Paraná, n° 1380, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos deste Poder votos de congratulações e aplausos pela posse da nova Superintendente Estadual da LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência, ex-Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, ocorrida no último dia 16 do corrente.

Que este cumprimento represente o abraço do Poder Legislativo, do qual a Deputada fez parte e sempre soube representá-lo com galhardia, deixando registrado seu nome na história deste Parlamento e uma eterna saudade entre seus Pares.

Com os desejos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora, sempre voltada aos reais interesses da comunidade paranaense, REQUER-SE ainda, que do teor desta homenagem seja dada ciência à Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, Avenida Cândido de Abreu, 835 - Centro Cívico - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor ERNESTO HUASCAR BLUM CAPOZZI, Superintendente de Operações do Banco do Brasil, objetivando a criação de uma agência do Banco do Brasil, no município de ITAMBÉ.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoio: João Arruda,

Duílio Genari e

Basílio Zanusso.

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo reivindicação do Prefeito Municipal e da população de Itambé, somos portadores junto a Vossa Senhoria dos justos reclames para que seja criada a agência local do Banco do Brasil naquele Município.

Salientamos que o volume de negócios realizados por aquela seção externa, já ultrapassa, ao movimento de 100 unidades autônomas e bem instaladas em nosso Estado. Fazemos tal afirmação, porque conhecemos o potencial produtivo do Município, bem como, os significativos recursos gera-

dos pelo trabalho do povo de Itambé.

Trata-se, fora de qualquer dúvida, de uma solicitação que por certo merecerá a atenção desejada e conseqüentemente o pronto atendimento.

#### REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor ERNESTO HUASCAR BLUM CAPOZZI, Superintendente de Operações do Banco do Brasil, objetivando a criação de uma agência do Banco do Brasil no município de FÊNIX.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoio: João Arruda, Basílio Zanusso e Duílio Genari.

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Fênix está a reivindicar há muito tempo a implantação de uma agência bancária, tendo em vista a expressiva circulação de dinheiro naquela localidade, notadamente no que se refere às atividades do comércio e da agricultura, pois é uma região essencialmente agrícola.

Através da sub-agência, o Banco do Brasil vem prestando relevantes serviços à comunidade, e é do desejo do Poder Público Municipal e população de Fênix, a instalação de uma agência própria.

Esperamos assim, o pronto atendimento a este requerimento, dada a inquestionável importância da reivindicação em questão.

#### REQUERIMENTO N° 1349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviadas correspondências ao Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República; ao Excelentíssimo Senhor Ozires Silva, Ministro do Estado da Infra-Estrutura; ao Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos Tatit Holtz, Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, manifestando a expectativa do povo paranaense, pelo cumprimento das leis Federais 7990 de 28/12/89 e 8001 de 13/04/90 que disciplinam a conquista dos "royalties" a nível federal, bem como a aprovação do Decreto Presidencial que está sendo elaborado pelo DNAEE, que regulamentará os dispositivos federais.

REQUER, ainda, que da decisão sejam informados os Governadores e os Prefeitos dos Municípios chamados energéticos, o Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, que liderou o movimento dos "royalties" que teve seu ápice na Constituição Federal, bem como o Doutor Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Diretor Presidente do

Banco de Desenvolvimento do Paraná, que tem acompanhado com dedicação a questão dos royalties e a sua regulamentação no âmbito federal.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

**JUSTIFICATIVA:**

Os paranaenses acompanharam a extraordinária conquista dos "royalties" - em movimento liderado pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho - que teve seu ápice na Constituição Federal, mediante a explícita consignação do direito, e na Constituição Federal, assegurando a destinação dos recursos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e submetendo a sua aplicação às políticas a serem estabelecidas por uma comissão paritária constituída por representantes do Executivo e Legislativo e das classes trabalhadora e empresarial.

As Leis federais n.ºs 7990 e 8001, respectivamente de 28/12/89 e 13/03/90, disciplinaram a matéria no plano federal. A nível estadual, aguarda-se a lei complementar que definirá as questões ainda pendentes.

A cargo do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE ao qual são destinados 8% do total das indenizações ficou a elaboração de decreto presidencial regulamentando os dispositivos federais. Após 60 (sessenta) dias da assinatura do decreto, deverão ocorrer os primeiros recolhimentos aos beneficiários, basicamente os estados e os municípios chamados energéticos.

Informações na área federal, todavia, dão conta de que as concessionárias de exploração de energia elétrica, ante os iminentes desembolsos a que serão obrigadas, estão se mobilizando com o objetivo de adiar a assinatura do decreto, cujo projeto, segundo o DNAEE, já está concluído.

Urge, portanto, uma nova mobilização da sociedade paranaense no sentido de que os direitos constitucionais que lhe foram consignados sejam, de imediato, efetivados.

Diante do exposto, cabe-nos tomar todas as medidas cabíveis para assegurar a defesa dos interesses do Estado do Paraná e dos nossos Municípios, sendo que esta é a primeira dessas medidas.

**REQUERIMENTO N.º 1345**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social- SEJA, solicitando destinação de uma máquina de escrever para a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Castelo Branco, com sede

e foro no município de Engenheiro Beltrão. A presente reivindicação nos fora encaminhada através da Presidência desta instituição, argumentando de que a viabilização em muito contribuirá para o desenvolvimento da referida Associação, uma vez que todos seus pedidos e contatos necessitam ser feitos através de requerimentos e cartas.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N.º 1340**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Diretor Geral do D.E.R., Departamento de Estradas de Rodagem, Senhor Rubens Gabardo, pedido de informações sobre o andamento, bem como as razões da demora do asfaltamento, das obras de pavimentação de 07 km de trecho que liga o Distrito de Campo Magro à Bateias.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

**REQUERIMENTO N.º 1341**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Presidente da COPEL- Companhia Paranaense de Eletricidade, Senhor Francisco Gomide, pedido de informações sobre a situação dos Programas de Eletrificação Rural entre o ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - e Prefeituras Municipais com obrigatoriedade de contratar os serviços junto à COPEL dos seguintes municípios:

- Prefeitura de Roncador
- Prefeitura de Mangueirinha
- Prefeitura de Chopinzinho
- Prefeitura de Pitanga
- Prefeitura de Castro
- Prefeitura de Morretes
- Prefeitura de Guarapuava

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

**REQUERIMENTO N.º 1354**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de informações à Presidência da COPEL sobre seguintes itens:

- a) Se a Empresa COSIC Construções sofreu penalidades junto à COPEL,
- b) Quais as penalidades recebidas por esta empresa durante todo o período de serviço junto à COPEL, e qual seu conceito junto à COPEL junto à mesma.
- c) Cópia integral do processo de penalização.
- d) Se a Empresa citada prestou servi-

ços para a COPEL na região de Cascavel e Londrina, e em caso afirmativo qual a época e a atividade desenvolvida.

e) Se a Presidência da COPEL estava ciente que o representante desta empresa representava o interesse da classe junto à Diretoria da COPEL com garantias de lisura deste Parlamentar.

f) Quais os critérios gerais para aplicação de penalizações, graduação etc.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### JUSTIFICATIVA:

Por extrema confiança, a empresa em tela aceitou o conceito e garantias deste Deputado e da COPEL de que poderia, de forma clara, aberta, defender os interesses de sua classe, ou seja dos pequenos empreiteiros.

Lamentavelmente 24 horas após a primeira reunião que demorou quase 2 meses para aleatoriamente ser definida, foi postada carta à Empresa comunicando sua suspensão por 6 meses junto à COPEL, o que sem dúvida, mesmo sendo coincidência, tornou-se um fato lamentável.

Visando conhecer todos os fatos e preservar a integridade deste Parlamentar e da própria COPEL, as informações solicitadas são fundamentais para dirimir dúvidas, em caso contrário, reparar eventuais injustiças.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 58/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Artigo 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, com vistas à criação do município de Cachoeira com território desmembrado do município de Almirante Tamandaré.

Artigo 2° - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) PEDRO TONELLI

ALGACI TÚLIO

RAFAEL GRECA

IRONDI PUGLIESI

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 313/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - A remuneração mensal devida aos Deputados Estaduais do Estado do Paraná, eleitos para a legislatura de 1991 a

1995, a quaisquer títulos, inclusive representação, no mês de fevereiro de 1991, será equivalente a 40 (quarenta) vezes o salário-mínimo vigente do país.

Parágrafo Único - A partir de fevereiro de 1991 a remuneração será reajustada na mesma data e nos mesmos índices concedidos ao funcionalismo público em geral, não podendo exceder a dois terços do que percebem os Deputados Federais.

Art. 2° - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Senhores Parlamentares, a fixação do salário dos Deputados é imperativo constitucional. O artigo 54, VII, da Constituição do Estado do Paraná, determina a obrigatoriedade da atual legislatura fixar os vencimentos para a próxima.

O valor equivalente a quarenta vezes o salário-mínimo, foi adotado por ser um valor razoável, ainda assim muito superior à média salarial dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos.

A antecipação da discussão da matéria se deve a dois motivos: primeiramente para possibilitar ampla discussão e, em segundo lugar para que seja aprovada antes das eleições de outubro. Assim os candidatos conhecerão com antecipação a sua remuneração, evitando desculpas posteriores.

Espero que este Plenário, ainda que tarde, esteja em sintonia com as aspirações da população.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Primeiro Orador inscrito, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes.

Neste Pequeno Expediente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou anunciando a este Poder, ao Poder Legislativo, que dei entrada em data de hoje a um projeto de lei que cumpre determinação da nossa Constituição do Estado do Paraná, que tem o objetivo de fixar a remuneração mensal pelo exercício do mandato para os Deputados Estaduais paranaenses eleitos na próxima legislatura, 1991 a 1995.

Por que que estou apresentando este Projeto?

Primeiro, porque a Constituição obriga que assim seja e até agora este Poder não tomou a iniciativa e assim não foi feito.

Então, estou tomando a iniciativa e solicito encarecidamente a devida atenção das Comissões desta Casa bem como deste

Plenário para que nós não continuemos cometendo aqueles erros, ou repetindo os erros do passado.

Segundo, porque toda vez que nós discutimos matéria que visa discutir o vencimento dos Senhores Deputados do Paraná, este Plenário sempre se transformou em polvorosa.

Então, agora, neste momento, é o momento que nós temos que deliberar, porque eu não quero que na próxima legislatura nós ouçamos aqui as alegações ouvidas nesses três anos de mandato que eu aqui estou, de que não vale a pena ser Deputado com o vencimento proposto por alguns Parlamentares.

Estão, já está aí o Projeto, já está tramitando, dei entrada hoje, e espero que todos os candidatos futuros que disputarão este Parlamento, já saibam com antecedência qual será o vencimento dos futuros Parlamentares e aqueles que estão pensando em vir para cá para ganhar bastante dinheiro, para enriquecer ou coisa semelhante eles terão a oportunidade ainda de renunciar a candidatura em tempo, porque nós queremos fixar um vencimento aceitável e possível para os próximos Deputados.

Diz o Projeto, Senhor Presidente, Senhores Deputados: fixa para fevereiro de 1991, um vencimento equivalente a 40 salários-mínimos, que foi o valor estabelecido através de uma emenda popular do processo Constituinte do ano passado, que foi também subscrito pela CNDB através de emenda popular e que equivale a um quarto do que percebem hoje baseado na lei em vigor que temos hoje, é de apenas um quarto, o que daria em torno, no valor de hoje, de cento e quarenta e seis mil cruzeiros por mês.

O Partido dos Trabalhadores julga um salário ainda alto sendo comparado com o valor real que ganham hoje a maioria dos trabalhadores que percebem salário-mínimo ou um pouco mais do que o salário-mínimo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, solicito muita atenção, e vamos nos empenhar a fixar para a próxima legislatura não mais aquele absurdo condenado pela nossa sociedade que é aquilo que a gente vê hoje e que a sociedade não aceita mais.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Lamentavelmente, o que nós prevíamos ontem aqui nesta Casa, quando fizemos um apelo para que os demais Parlamentares re-

tirassem as emendas, colocadas sobre o orçamento, acabou acontecendo hoje, em que pese a Mesa ter divulgado as medidas tomadas e comprovando que o orçamento já foi aprovado no mês de março.

Coincidentemente, a "Rede Globo", hoje, fez matérias, onde entrevistou Prefeitos, entrevistou diretores de hospitais e todos foram unânimes em afirmar e até apelando, parecia uma coisa até preparada em que o entrevistador dizia antes: O Senhor faça um apelo no final da matéria aos Deputados para que aprovem o Orçamento para que nós possamos ter dinheiro para tocar o hospital e dinheiro para fazer as obras no município.

Esta é a nossa preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em relação à situação do orçamento do Estado. Está difícil para nós Parlamentares responder a Prefeitos, Vereadores, a Secretários que nos procuram, dizendo que nós é que estamos sendo os culpados pela paralisação das obras no Estado do Paraná. E nós sabemos que o Governo, lamentavelmente, e para isso este Governo tem dinheiro, mas para pagar, para honrar os seus compromissos, não o tem, está aí, utilizando a mídia para fazer mais uma vez ou para continuar a campanha para desmoralizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, é preciso que a Assembléia talvez até tenha que pagar um espaço na televisão, o Senhor Presidente que vá à televisão e diga que o orçamento já foi aprovado, que, se voltou para esta Assembléia é para uma reposição, uma recomposição de números porque, na verdade, o orçamento já foi aprovado; estamos votando suplementação de verbas para ajudar o Governo a gerenciar o Estado. Porque não se pode admitir que nós continuemos sendo caixa de pancada do Senhor Governador porque tem a mídia para poder sustentá-lo.

Outro assunto que me traz à tribuna é para dizer que eu dei entrada nesta Mesa de um projeto de lei que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal, com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais, oriundos de instituições mantidas pelo Estado, obras particulares conveniadas com o Estado, ou que, sendo filantrópicas, possuem registro na Secretaria de Estado da Justiça, trabalho e Ação Social. E eu justifico o porquê.

"Rotineiramente somos advertidos pela imprensa escrita, falada e televisionada com notícias sobre a aflitiva situação do menor. Pesquisando fatos sobre a falta de segurança pública, facilmente constatamos que a grande maioria dos infratores foram menores carentes, muitas vezes, oriundos de instituições mantidas pelo Estado.

Constatamos, também, que essas instituições públicas e privadas vivem extremas dificuldades, tornando-se, por vezes, verdadeiros depósitos de menores carentes, primeiro passo à marginalização e à criminalidade.

Preocupa-se o Estado em manter órgãos de atendimento, não só para cumprir o que preceitua o dispositivo Constitucional, mas também na esperança de educar, reeducar e integrar esses menores na Sociedade, onde deveriam ser forças produtivas e nunca agentes de agressão.

Gasta-se milhões de cruzeiros para lhes fornecer alimentação, habitação, vestuário, recreação, assistência à saúde e à escolaridade, sem que possam retribuir com seu trabalho ou desenvolver condições para tal, o que, num futuro próximo, lhes será exigido para o seu próprio sustento e auto-afirmação pessoal. Seria enfadonho trazer, nesta justificativa, conhecidos dados estatísticos que referem carência, abandono e criminalidade.

Pretende-se, com este projeto de lei, criar estímulos ao empresariado paranaense, para que possa oferecer oportunidades de trabalho a menores carentes, colaborando, dessa forma, com a sociedade para diminuição dos índices de marginalização do Estado e, sobretudo, para a promoção de centenas de milhares de jovens paranaenses. Ocorrendo essa situação, certamente, os incentivos criados em forma de participação do Estado, serão de valor financeiro sensivelmente inferior àquele que o Estado dispenderia com internatos e até penitenciária. O valor humano seria incomensurável.

Espera-se, com este projeto de lei, contribuir não só para a integração social do menor carente, mas também para oportunizar ao Estado o atendimento de milhares de adolescentes desassistidos, que clamam diuturnamente por amparo e oportunidade. Da mesma forma, contempla, preferencialmente, pequenas e médias empresas, assim como organizações econômicas que absorvem contingentes de trabalhadores.

É a justificativa".

PROJETO DE LEI N°  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Súmula: Cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preenchem, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal, com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais, oriundos de Instituições mantidas pelo Estado, obras particulares conveniadas com o Estado, ou que, sendo filantrópicas, possuam registro na Secretaria de Estado da Justiça, Traba-

lho e Ação Social.

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefícios fiscais e estímulos creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus quadros de pessoal com menores carentes e os deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos) encaminhados por Instituições de assistência mantidas pelo Poder Público Estadual.

Parágrafo Único - Equiparam-se às Instituições Oficiais de atendimento ao menor e aos deficientes físicos e sensoriais (cegos e surdos-mudos) as entidades particulares que estejam conveniadas com o Estado ou mantenham registro na Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, ou órgão que lhe venha a suceder, com o mesmo propósito assistencial educativo.

Este é o projeto que encaminho à Mesa e mais uma vez eu repito: é preciso que esta Casa tome providências para não continuar servindo de caixa de pancadas do "príncipe do Palácio".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda uma vez esta Assembléia hoje se coloca diante da opinião pública do Paraná, representada pelas câmeras de televisão que vão ser filtradas pela mídia oficial, mas sobretudo representada pela vontade e pelo entendimento das pessoas do povo, que vêm hoje ao plenário da Assembléia e que irão aos quatro cantos do Paraná traduzir a disposição da Assembléia de se mostrar Casa do Povo ou de se mostrar ainda uma vez a exaustão vassala do Poder Executivo do Estado.

Mais uma vez se põe diante de nós, que somos Deputados nesta legislatura, a permanente questão, que é a questão intrínseca de todas as democracias. Servir ao príncipe ou contrariar ao príncipe. Dar razão à razão que está no Palácio ou dar razão à razão que vem das ruas e que justifica o próprio exercício do poder.

Daqui a pouco estará sendo oferecida a cada um dos Deputados uma cédula com o sim



e com o não ao veto do Senhor Governador, ao que entendeu a Assembléia num dos seus momentos mais bonitos, vibrantes e brilhantes desta legislatura e de toda história do Paraná. Dar razão ou não ao Senhor Governador na questão da espoliação salarial do funcionalismo público do Estado. Dar razão ou não ao Senhor Governador. A desorganização da máquina estatal, que se tenta agora desesperadamente recompor, com a maquiagem de uma reforma administrativa que de certa forma não interessa ao Paraná.

Sobretudo quando propõe a extinção de órgãos como o IPARDES, que aprova a inteligência e a memória do comportamento físico do Estado.

Eu falei outro dia aqui na Assembléia e torno a repetir hoje. Destruir o IPARDES, que é o banco de dados e de memória para instrução do planejamento econômico, político, sociológico, cultural e histórico do Paraná, equivale assumir a postura do ignorante que manda queimar a biblioteca, porque a odeia, porque não sabe usá-la e porque não pode compreendê-la.

Não significa que nós devamos seguir as tintas do Governo Federal. Não significa que nós devamos persistir nesta idéia de governantes preocupados com os seus penteados, preocupados com os seus penteados e com a sua imagem, jamais capazes de mostrar ao povo aquilo que de real em benefício do bem comum eles têm na sua cabeça.

Levante-se a Assembléia do Paraná neste momento. Levante-se em favor dos que estão oprimidos. Levante-se o Paraná inteiro, no próximo período eleitoral contra o opróbrio e a injustiça de ter governado para a mídia e de ter pretendido fazer, apenas de uma imagem na tela da televisão, o Paraná ideal, o Paraná de acordo com as aspirações do povo.

Já começam os paranaenses a perceber que a obra que se diz existir em Quedas do Iguaçu, lá não está. Já sabem os paranaenses do Sudoeste que as obras que se dizem existir em Curitiba, já não existem. Já sabem os paranaenses dos quatro cantos do Estado que nem sempre o que diz a televisão é a legítima expressão da verdade.

A que se afirmar aqui a velha a clássica definição de democracia, é o melhor dos regimes, porque nele se pode enganar todo o povo por uma parte do tempo, mas jamais se conseguirá enganar todo o povo por todo o tempo. Cumpre-se hoje o tempo de começar a deixar cair a máscara, de deitar ao chão a farsa e de mostrar o real caminho, que é o caminho que deseja o povo, que é o do prestígio dos seres humanos que compõem o aparato do Estado para que se possa ter um governo eficiente, presente e construtor do bem comum nos

quatro cantos do Estado.

Esta é a realidade que todos os paranaenses merecem e que esperamos ver confirmada nesta tarde pela vontade soberana desta Assembléia. Esta é a palavra do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PFL.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PTB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PRN.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros servidores públicos.

Hoje este Plenário discute e vota o veto do Governador que achou por bem desrespeitar a decisão tomada neste plenário por ocasião da sua propositura da política salarial para o ano de 1990 dos nossos servidores.

Sua Excelência achou por bem vetar as emendas discutidas e aprovadas conjuntamente entre os servidores do nosso Estado e os Parlamentares mais acessíveis às preocupações populares e que transformaram em lei, uma preocupação justa que é a questão salarial dos nossos servidores públicos do Estado do Paraná.

O argumento que o Sr. Governador utiliza é um argumento que hoje este Plenário tem que dar uma demonstração que não aceita. O Sr. Governador alega que as emendas dos Srs. Deputados são inconstitucionais porque aumentam despesas e ultrapassam os limites de despesas previstos na Constituição com a folha de pagamentos.

Ora, este Plenário não pode ser prisioneiro do Poder Executivo, este Plenário não pode servir de bobo do Governador. Nós temos que analisar o mérito desta matéria e o mérito é justo. O que nós colocamos na lei através das emendas aprovadas majoritariamente são justificáveis. Não pode vir aqui o Governador do Estado e a bancada governista defender medidas constitucionais neste caso só porque defendem no interesse do trabalhador, do servidor público. Se nós formos fazer uma retrospectiva, nós vamos pontuar quantas inconstitucionalidades o nosso Governo do Estado cometeu.

Em abril de 1988 a bancada governista sozinha deu um cheque em branco ao Governador autorizando reajustar os salários dos servidores mediante decreto. Isso é contra a Constituição. No entanto, o Governo assim procedeu e desrespeitou a nos-



sa Constituição.

Depois foi a vez de vincular mediante lei o salário do Governador ao salário do Presidente do Tribunal de Justiça. Na nossa Constituição é proibida qualquer vinculação de salário. No entanto, o Governo aprovou neste plenário vinculação do salário do Governador que ganha igual ao Presidente do Tribunal de Justiça. É inconstitucional, mas foi aprovado.

Outra vez o Governador manda mensagem a este Poder regulamentando a contratação temporária no serviço público, quando a nossa Constituição mandava que a lei deveria estabelecer os casos. Mais uma vez o Governador desrespeita a nossa Constituição Maior e a Constituição do nosso Estado e não pára aí. No dia 5 de outubro de 1988 a Constituição promulgada proibia e proíbe publicidade oficial que fizesse promoção pessoal de qualquer governante. No entanto, nós passamos todo esse tempo aí vendo o desrespeito diário a nossa Constituição, com propaganda do governante todo o dia e toda a hora na casa de todos os paranaenses e dos brasileiros.

Esses são alguns exemplos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelos quais, nessa sessão de hoje, nós não podemos acatar a mentira do Governador, temos que derrubar esse veto e temos que assumir o mérito que nós já reconhecemos. Vamos colocar na lei o justo, assegurar o IPC integral no salário dos nossos servidores do Estado do Paraná para 1990.

Nem a política de Collor que é a mais arrochante de toda a história do país, e nem na política de Álvaro que segue Collor arrochando, arrochando e arrochando. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apelo, para que digamos agora um não às mentiras e aos dois pesos e duas medidas que Sua Excelência, o Governador, usa. Um peso e uma medida quando lhe favorece a si e aos seus cupinchas e outro peso e outra medida quando é para favorecer os nossos servidores públicos do Paraná.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário do PL concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados amigos do magistério, amigos da imprensa.

Falando no Horário da Liderança do Partido Liberal, gostaríamos de, nesse momento, ao lado do Deputado Ezequias Losso o Líder da nossa Bancada, dizer aos nobres Pares e à sociedade paranaense, que o Partido Liberal votará como votou pelo aumento aos srs. funcionários públicos e ao Magistério do Paraná.

Quando, hoje, discutimos esse veto,

gostaríamos de relembrar aos nobres Pares - da Oposição e da Situação -, que naquela oportunidade todos nós votamos por unanimidade as emendas que foram aprovadas e enviadas ao Executivo Estadual. Inclusive a Liderança do Governo votou, favoravelmente às propostas que hoje estão apostas ao veto do Chefe do Executivo Estadual.

Por isso, não tenham dúvidas Senhores Professores, hoje nós teremos a maioria e aquilo que era um rolo compressor no início do mandato de cada um de nós que representamos as aspirações do povo paranaense, hoje representa a vontade, não somente do funcionalismo público do Paraná, mas dos pais dos alunos, dos alunos, que querem uma definição desta greve que já chega ao seu segundo mês.

Gostaria de parabenizar neste momento à classe dos professores públicos do Paraná, pela resistência, não se intimidando às pressões e à audácia até do Executivo Estadual, com relação à possíveis demissões.

A sociedade paranaense quer, neste momento, uma solução para o problema da falta de dignidade para o funcionalismo público estadual e, principalmente, para o Magistério.

Hoje, pelas contas que fizemos, precisamos de vinte e oito votos e já temos trinta votos para derrubarmos o veto do Governador do Estado. Mas, não tenham dúvida, se houver coerência por parte da Assembleia como instituição, este veto será derrubado pela unanimidade, como foi aprovado o projeto com as emendas também pela unanimidade dos Senhores Deputados, tanto da oposição, como da situação.

Seria uma desmoralização para o nosso Poder se dividíssemos sequer um voto neste momento, já que todos nós votamos. E, naquela oportunidade, o Deputado Caíto Quintana dialogando, conversando, tentando sensibilizar o Poder Público e, principalmente, o Chefe do Executivo Estadual, para que atenda as reivindicações a classe do Magistério; mesmo porque nós sabemos, é desgastante num momento de eleições, Srs. Deputados, principalmente do PMDB, a situação em que Vossas Excelências se encontram. Ou damos dignidade de uma vez, ou arrebatamos de uma vez com a educação no Estado do Paraná!

Por isto, Srs. Presidente, o Partido Liberal, ao lado da oposição e acredito, também, ao lado dos companheiros do PMDB, votarão pela rejeição deste veto para darmos uma lição no Executivo de que quem governa o Estado não é apenas o Executivo, mas o Legislativo e o Judiciário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB.

(Declina).  
 Consulto à Liderança do PSDB.  
 (Declina).  
 Passamos à

ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, Pedro Tonelli e Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando seja realizada a votação nominal para apreciação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 233/90. Prejudicado. A Mesa deixa de receber requerimento porque a Constituição, prevê votação secreta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado. A aprovação do requerimento significa que o veto será apreciado primeiro sobre todas as matérias.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA -- da Proposição nº 72/90, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de Lei nº 233/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 90/90), que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e militares, e o pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias, conforme específica. (Publ.no DA. nº 4 de 19.04.90).

OF/DTL/Nº 82/90

Curitiba, 14 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 71/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da

Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 233/90, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, a partir de 01 de abril de 1990, em 60,61% (sessenta vírgula sessenta e um por cento), os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, assim como adotar outras providências. O veto apostado incidirá sobre as disposições dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre da inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, por serem originários de emendas dessa augusta Casa, conflitam com os mandamentos contidos no art. 68, inciso I, da Constituição Estadual, os quais não admitem o aumento da despesa nos projetos de lei oriundos da competência exclusiva do Governador. É necessário e oportuno esclarecer que a matéria, em sua versão original, foi proposta pelo chefe do Poder Executivo, através da Mensagem nº 90/90, de 18 de abril de 1990, usando da competência reservada pelo art. 66, inciso I, da Carta Estadual.

Por outro lado vale ressaltar que os dispositivos vetados viriam implicar em gastos adicionais de tal monta que a despesa com a folha de pagamento do funcionalismo passaria de cerca de 4,7 bilhões para mais de 9 bilhões de cruzeiros gerando uma situação completamente insuportável aos cofres públicos estaduais.

Quanto ao veto apostado ao art. 7º, convém aduzir que a medida dele constante contraria os interesses da administração, porque, pela forma como está lançada, apresenta-se como de difícil operacionalização por falta de adequadas condições de exeqüibilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
 PROPOSIÇÃO Nº 72/90

PARECER:

A proposição em tela veta parcialmente o projeto de lei n° 233/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 90/90, que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e militares, e pessoal regido pela CLT, da administração direta e das autarquias, conforme especifica.

A negativa governamental incide sobre as disposições dos arts. 4°, 5°, 6° e 7°.

Colhe-se da justificativa palaciana que o veto aos mencionados dispositivos decorre da inconstitucionalidade dos mesmos, tendo em vista que, por serem originários de emendas do Poder Legislativo, conflitam com os mandamentos contidos no art. 68, I, da Constituição Estadual, os quais não admitem o aumento de despesas nos projetos de lei oriundos da competência exclusiva do Governador.

Diante do exposto, a matéria encontra em condições de ser submetida à apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer. Aprovado.  
Em votação a Proposição.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai anunciar o regulamento.

A Mesa esclarece ao Plenário que, para a votação da Proposição n° 72/90, veto aposto ao Projeto de Lei n° 233/90 "Adotará o disposto pelo Parágrafo 4°, art. 71..." (LÊ)

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação. Antes, porém, vamos ouvir o Deputado Ferrari Júnior, para encaminhamento de votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Mais um momento importante vive a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia de hoje, mais um veto proposto por Sua Excelência, o Governador do Estado, contra emendas que foram apresentadas, que foram redigidas, criadas e apresentadas pelas Bancadas de Oposição nesta Casa.

Eu estive presente, como líder da Bancada do PRN na Assembléia Legislativa, juntamente com outras lideranças partidárias inclusive, a Liderança do próprio Governo, com os líderes do movimento grevista, e nós apresentamos as emendas em consonância absoluta com o que aceitavam os líderes do movimento com o que nós enten-

díamos e entendemos, tem o Governo do Estado condição normal de efetuar o pagamento. Nós fizemos uma proposta para o funcionalismo público do Estado do Paraná, única e tão somente o que era o mínimo que se poderia naquela oportunidade, que era exatamente a inflação de março, nada mais que isto.

Quando o Governador propôs sessenta e cinco por cento, e nós emendamos mais oitenta e quatro, era somente o fechamento da inflação de janeiro, fevereiro e março. Quando fizemos a proposta, até foi idéia de um membro da Bancada do PRN, o Deputado Antônio Bárbara, de se propor cinqüenta por cento do DIEESE, para o piso da categoria, que seria a reconquista da categoria, que tinha já no passado, um piso de 3,2% se me parece nos seus vencimentos.

E nós dissemos aqui mesmo desta tribuna que o Governador do Estado precisava combater a sonegação que estava grassando neste Estado, para ele ter condições de efetuar o pagamento do funcionalismo público do Estado do Paraná e dos professores de um modo geral, e nós estávamos com a razão, uma semana depois, o Senhor Governador disse na imprensa que iria combater a sonegação do Estado do Paraná.

Então havendo o não pagamento de impostos cria-se o problema de não se poder pagar justo ao funcionalismo.

Então, o que nós queremos somente é que se pague o que o funcionalismo tem direito, o que o professor tem direito.

Eu não pretendo me alongar porque outros Deputados farão uso da palavra, mas eu quero marcar perante esta Casa, perante aqueles que nos visitam, a posição da Bancada do PRN, nesta Casa, Deputado Luciano Pizzatto, Deputado David Cheriegate, Deputado Alborghetti, Deputado Bárbara e este Deputado, são cinco votos apenas, mas nós votaremos fechado contra o veto de Sua Excelência, o Governador do Estado.

E faremos com que mesmo sendo proibido, nós daremos um jeitinho, o tradicional jeitinho brasileiro, para que a nossa manifestação, para que o nosso voto, para que o voto do PRN, seja visto por alguém, para identificar, que se houve no ano passado aqui, um desastre, quando por um voto apenas, uma emenda de minha autoria foi derrubada, e que favorecia também os professores do Estado do Paraná, não nos culpem pelo episódio.

Vim hoje de Brasília, estava em Brasília cuidando de minhas obrigações de Deputado, soube da tramitação desse veto, pedi para um amigo um avião particular para que me trouxesse de Brasília, que eu não teria tempo de chegar aqui no vôo normal; eu temia por este atraso, e espero que todos os cinqüenta e quatro Deputados da Assembléia Legislativa, estejam presentes na tarde de

hoje, para dar a sua manifestação, para dar o seu voto e nós o nosso voto, o voto do PRN, é a favor dos professores, a favor dos funcionários públicos e contra o veto do Senhor Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, funcionários, professores; estes são os raros momentos em que um Parlamentar se vê dignificado. Às vezes, nos momentos em que a imprensa, a televisão, mostram algumas mazelas do Legislativo, nos vem como uma primeira reação, até uma certa revolta, que se compensa e que faz com que o Parlamento saia desta defensiva à medida em que ele mostra os seus privilégios e os seus erros, este é o momento em que ele se redime.

Estão aqui duas forças: a Oposição, de um lado, e a Situação do outro. É uma terceira força que testemunha o compromisso de cada Deputado, que são os funcionários públicos aqui presentes.

Eu diria que se tivéssemos a oportunidade de ver divulgada esta sessão de hoje, o Parlamento estaria se dignificando.

Aqui não está em jogo a democracia. Enquanto Parlamento aberto, temos a certeza e a garantia de que os segmentos interessados na posição do Parlamento, têm acesso, têm transparência. É bem certo que o veto é uma atribuição constitucional do Poder Executivo.

E assim o fez o Senhor Governador. A justificativa é o argumento da inconstitucionalidade, de que os projetos que têm iniciativa do Poder Executivo, não podem sofrer emendas do Legislativo. Assim diz a Constituição? Diz! Mas, a Constituição também diz, no seu artigo 205: (Lê):

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

As razões do veto são de ordem meramente técnicas. São argumentos jurídicos que a própria Constituição dá como instrumento para o Executivo.

Mas, não lhe dá o direito da omissão, no conceito filosófico, embutido na Constituição Federal, que é o artigo 205.

E, notem bem, Senhores Deputados, este artigo não coloca a educação apenas como dever do Estado.

Faz um chamamento maior, da família, com a colaboração da sociedade. Mas, fala

mais alto ainda quando diz que procura o pleno desenvolvimento da cidadania. Não se fará cidadania, não se criará direitos enquanto este conceito filosófico for letra morta. Não se escreveu este compromisso da sociedade, da família, do Estado de que a Educação é a busca plena da cidadania, e se assim o é não se aceita o argumento frio de que a iniciativa dos aumentos salariais do Magistério possa ser um mero e exclusivo argumento do Poder Executivo.

Os mesmos princípios repetiu a Constituição Estadual, Artigo 178, inciso 5 diz: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: item 4º: Valorização dos profissionais de ensino", e na medida em que a valorização do profissional de ensino não ocorre, não se cumpre o princípio de que a Educação, neste conceito amplo, busca a cidadania.

O que está acontecendo no Paraná, Santo Deus?

Há 57 dias esta sociedade paranaense, perplexa, assiste a este espetáculo trágico, em que o Governador assume postura unilateral, joga com os argumentos fáceis e caros da publicidade para informar a sociedade e informa mal.

Mas, não joga com os argumentos democráticos de que possui este Instituto da Democracia que é a participação do Parlamento e da sociedade, no encaminhamento de uma negociação, num movimento de greve, tão sério como esse, em que a Educação começa a andar de muletas e se persistir este impasse ficará coxa.

Têm razão os pais e os alunos, quando saem às ruas, à procura da negociação.

Têm razão quando nos mandam inúmeros papéis, muitos deles aqui pedindo a posição do Parlamento.

Têm razão os professores, os pais e os alunos quando escrevem, os pais lá da minha cidade de Dois Vizinhos, assinado por cinco Associações de Pais: "Sabemos que as escolas se encontram em situação precária. Falta recursos financeiros para a manutenção, falta material didático, livros, cadernos, papel, material para laboratório, mapas, falta inclusive material de apoio. Diz mais: Está na Constituição que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado, quando todos os políticos pregam como prioridade a Educação, nós perguntamos: Onde está a prioridade? E é verdade. Tive oportunidade de participar de debates, na Campanha Mário Covas, junto com representantes de outros candidatos, todos falavam na prioridade da Educação. A minha intervenção foi no seguinte sentido: O PSDB não coloca a Educação como prioridade, porque este discurso está tão demagógico, porque é prioridade de candidato mas não se transforma em prioridade dos eleitos. Aí é que está a diferença desta prio-

ridade da Educação.

Assim foi com Álvaro Dias, candidato a Senador: "Correio de Notícias, 1º de outubro de 86:

"Álvaro pede pelos professores: O Senador Álvaro dias voltou ontem a pedir ao Governador João Elísio que antecipe a concessão de um piso salarial de 2 salários-mínimos e meio aos professores".

Era o candidato Álvaro Dias que pedia ao Governador João Elísio, dois pisos e meio e a greve no Governo João Elísio se transformou em lei, criando-se os três salários-mínimos de piso ao magistério.

"Álvaro, Senador e candidato a Governador, "Diário Popular, 1º de Dezembro de 1986 - "Pede pelo piso". E assim por diante inúmeros registros nos jornais, inclusive nos programas de televisão do horário gratuito do PMDB, naquela época em que Álvaro Dias era candidato.

Assim se manifestavam. Dizia o Governador: "os professores estavam aguardando a minha manifestação. Como professor eu falo, prestem atenção Senhores Deputados, o que dizia o candidato Álvaro Dias: Como professor eu falo olhando de frente, de cabeça erguida, sempre me entendi muito bem com os professores, porque não houve Parlamentar neste País que ocupasse tanto a sua tribuna em defesa da valorização do professor. Hoje, concederia o piso de dois salários-mínimos e meio para que os professores voltassem às aulas imediatamente".

E fazem a pergunta: "E em relação ao ano que vem? O ano que vem, diz o Governador: "É outra história, e nós nos entenderemos". Sobre os efeitos da greve prolongada Governador? Eu respeito como democrata o direito à greve e não condeno os professores quando lutam por melhoria de condição de trabalho. Nós procuramos valorizar o professor reformulando o estatuto do magistério, chamando a todos os professores deste Estado para uma ampla discussão, a fim de que na reformulação do estatuto do magistério encontremos caminho para que o professor valorizado possa discutir tão somente a elevação dos níveis de ensino neste Estado".

Que belas palavras do candidato Governador Álvaro Dias. Palavras testemunhadas por milhões de paranaenses, de professores, de funcionários, de pais de alunos, desde o homem mais simples até o mais intelectualizado; que registro feio para a história que fez o então candidato, que comportamento dúbio, que jogo de palavras sem a mínima coerência e sinceridade.

Aliás, este compromisso do Governador foi publicado no Estado do Paraná, na "Folha de Londrina", no "Correio do Paraná", de Pato Branco, o "Estado do Paraná", no dia 07 e no dia 02; "Correio de

Notícias", no dia 01; "Correio de Notícias", de novo no dia 01; "Diário Popular", "Tribuna da Cidade", ainda o "Correio de Notícias", e outra vez "Correio de Notícias".

Pois bem, exerceu um feio papel. Na greve anterior, a mesma insensibilidade fez com que os cavalos e as bombas se transformassem no interlocutor do Governo, e deu no que deu. Nesta greve não há bombas e nem cavalos, mas também não há diálogo, não há negociação.

Li, e ouvi hoje a entrevista de D. Pedro Fedalto, que vai se interessar na interseção para que haja um fim desta greve. Já vi os professores tomarem a mesma atitude, já vi os alunos, já vi os pais dos alunos, já vi Presidente da Federação, já vi os Parlamentares; não falta mais ninguém, a sociedade toda já se manifestou, menos um, o que precisa negociar. Ainda mais agora, quando o próprio Governo Federal, e era o argumento do Governador, que estava adotando a Política do Governo Federal de pré-fixação, não existe mais pré-fixação e isto implica na negociação de duvidosa oportunidade Política à negociação direta. Mas agora, pior ainda fica essa situação, porque nem a Política Federal e nem a do Estado existe mais, qual será a Política com a educação? Qual será a decisão?

E nós na Assembléia temos o dever cívico de derrubar o veto.

O argumento da inconstitucionalidade encontra reparos e obstáculos no conceito do artigo 205 da constituição, que a educação é direito de todos e dever do Estado, e como tal deve ser tratada. O Governador certamente preocupado com a eleição do seu candidato do PMDB ao Governo do Estado, Roberto Requião, não tem tido a sensibilidade de dedicar dez minutos para conversar com os professores. E onde está o candidato Roberto Requião ao Governo do Estado? Qual sua posição em relação a esta greve? Por que não ser coerente com seus "out-doors" espalhados pelo Paraná: "Requião fala, faz". Não falou sobre a greve dos professores, e é conveniente que um candidato que pleiteia substituir Álvaro Dias venha de público dizer, mas que diga com sinceridade se está a favor do magistério, mas se não estiver ...

O Sr. Dirceu Manfrinato (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de fazer um advertência à Mesa que já inspirou o horário do Orador, e ele está fugindo à matéria que está discutindo, não tem nada a ver a candidatura de Roberto Requião com o assunto que levanta o ilustre Deputado, além do seu tempo já estar esgotado, foge totalmente do assunto que deveria ser discutido.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, pedi para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa considera-se advertida.

Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Esta coerência do candidato tem a ver sim, Deputado Manfrinato, não só o Roberto Requião, todos os candidatos ao Governo do Estado têm que ter posições claras em relação à greve, ao magistério, à educação, ao saneamento, ao meio ambiente. Por que o candidato Roberto Requião não vem de público dizer, - eu concordo com a política do Governador Álvaro Dias, seja coerente, já que é o afilhado do Governador, dê-lhe o respaldo, nessa postura de não negociar, não dialogar, mas saia a público, porque começa mal o candidato que pretende chegar ao Palácio Iguazu, e num momento dramático da educação paranaense não se vê uma palavra, não se vê uma manifestação. Tem a ver sim, cada Parlamentar, cada ente político tem a ver com a educação, porque o artigo 205, repito, não permite a omissão. Se fala e faz. Fale! Diga! Eu sou um afilhado de Álvaro Dias, e como tal vou me abraçar a ele, e conseqüentemente estou contra a greve, contra o ensino, contra o magistério! Mas diga, porque mais pecaminoso do que assumir é se omitir, e a omissão tem sido escola no Governo. A omissão de Álvaro Dias na negociação e no diálogo se transformou num vírus que se transmitiu ao seu candidato Roberto Requião. Foi um bom aluno para o Governador Álvaro Dias, mas é um péssimo candidato para a educação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para encaminhar, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Professoras, Senhores Professores.

Nós na verdade não pretendíamos questionar o encaminhamento do ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, uma vez que existe deste Deputado e existe da nossa Bancada do PMDB o desejo de solucionar também este impasse que vive o Estado do Paraná hoje com a greve dos professores.

Se nós desejamos que isto aconteça não é somente uma aspiração dos Deputados, mas é de toda a população do Paraná e é também o desejo do Governo do Estado.

Cansei de dizer aqui nesta Tribuna e continuo reafirmando que nós não podemos

viver os momentos apenas de aplausos para sanar os desejos íntimos e pessoais perante uma comunidade e de uma classe representativa. O homem público se destaca e se conhece pelas posturas e pela forma de manter o seu posicionamento em todas as questões que possam ocorrer durante um período administrativo ou legislativo.

Nós não podemos ser dependentes apenas quando o vento sopra favorável e querer estar ao lado daqueles que são massacrados, às vezes, injustamente. Estes que querem conviver ao lado das marés favoráveis são os oportunistas do momento político em que vive o País; são esses que querem aplausos e que utilizam da demagogia, das inverdades, para se promoverem pessoalmente. Nada melhor do que o tempo para julgarmos o futuro daqueles que têm coerência, daqueles que falam a verdade ao seu povo e que não utilizam só dos momentos políticos para carrear votos e buscar os interesses pessoais.

Eu tenho que discordar da colocação do Ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, que a todo o momento se confabula com a Associação dos Professores do Paraná, que a todo o momento se torna neste Poder Legislativo o professor da verdade e o salvador da Pátria. Não é assim que nós chegaremos a um denominador comum.

Saímos, sim, dos discursos falsos, dos discursos irreais, de quem conviveu durante ao longo do tempo deste lado da posição do Governo, durante três anos aqui do nosso lado, elogiando o Governo pelas suas posturas e, hoje, simplesmente, troca de lado e critica o Governador Álvaro Dias. Postura, sinceridade, credibilidade faz parte da honradez do homem e da mulher.

Se aqui estive defendendo o Governador Álvaro Dias no passado, estou defendendo também no presente, estarei defendendo no futuro, porque a crise que vivemos hoje não é uma crise que foi implantada pelo Governador Álvaro Dias; essa crise é fruto de uma ditadura que vivemos durante o longo do tempo e que este Deputado participou também ao combate à ditadura para que houvesse a liberdade e a democracia neste País.

E o Governador Álvaro Dias, que é hoje muito questionado, mas quem é que não se lembra ...

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O nobre Deputado Dirceu Manfrinato pediu a palavra pela ordem, para solicitar ao Deputado Nereu que se ativesse à matéria em discussão. Ele não está fazendo isso. Está se reportando à questão da ditadura que existe hoje no Paraná e se mantendo em cima da personalidade do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, Líder dos

"Tucanos" nesta Casa.

Eu solicitaria uma orientação da Mesa para que o Deputado Dirceu Manfrinato se ativesse a questão da matéria em discussão, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Da mesma forma que a Mesa deu prosseguimento à palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan, concede também ao Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Senhor Presidente, por Vossa Excelência manter essa postura democrática, porque Vossa Excelência também foi vítima do regime militar em 1964.

É lamentável, Deputado Nereu Carlos Massignan, Vossa Excelência acusa o Governador Álvaro Dias e quando vem ainda o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, por uma questão de ordem, querer invocar no Deputado Dirceu Manfrinato o regime de ditadura, para que não tenha a liberdade de expressão nesta tribuna, mas Vossa Excelência me desculpe a franqueza e a minha sinceridade, talvez Vossa Excelência tenta silenciar a minha voz, mas esquece que pertenceu também deste lado nas fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Mas saí em tempo, Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência, se acusa o Governador, Vossa Excelência também tem a sua participação, porque aqui Vossa Excelência votou muitas vezes ao lado do Governador Álvaro Dias.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Mas convivência tem limites.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, peço que Vossa Excelência assegure a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está assegurada a Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Questionou-se aqui, pelo ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, aonde está o candidato do PMDB, Roberto Requião, com relação à greve dos professores.

Eu diria aos Senhores professores, aonde está sim o candidato ao Governo pelo PMDB e que partido esse que na imagem as vezes de muitos e de poucos, dizem que se encontra um partido desgastado, pelas crises que vivemos, mas é este PMDB que eu sou filiado, a que pertenco e que hoje faço parte orgulhosamente do Diretório Re-

gional do PMDB do Paraná, como 2º Vice-Presidente, e eu me orgulho de pertencer a este partido.

Eu me orgulho sim, porque graças ao PMDB do Paraná e do Brasil ...

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - O tempo de Vossa Excelência está encerrado e a Mesa concede um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado. E graças a este PMDB que está aqui hoje, esta democracia, que a população vem a Assembléia Legislativa reivindicar melhores salários.

Mas eu diria, Deputado Nereu Carlos Massignan, respondendo à sua pergunta: onde está o candidato a Governador do PMDB? Recentemente houve uma greve não sei de quantos dias na Prefeitura de Curitiba e que a população aclamava: estamos com saudades de Roberto Requião.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Baixar o nível em um Parlamento é inaceitável pela população que hoje comparece a esta Casa para verificar, analisar e sentir os trabalhos que nós realizamos.

O Deputado Algaci Túlio foi muito feliz na sua colocação. Não é o Deputado Algaci Túlio e nem o PDT que trazem este povo sofrido, apedrejado, massacrado pelo Governador Álvaro Dias, às galerias hoje, pedindo e exigindo os seus direitos, mas sim o PMDB que, ao longo desse tempo em que o Governador Álvaro Dias não os recebeu, que o Governador Álvaro Dias arrochou os seus salários, que o Governador Álvaro Dias mandou atingi-los em praça pública, é que faz com que os professores venham hoje a esta Casa mais uma vez que o Parlamento se manifeste favorável a eles.

Nós do PDT, meus caros professores e funcionários públicos deste Estado, jamais poderemos ser taxados de ter votado uma vez sequer contra o funcionalismo público porque desde o dia em que nós chegamos a esta Casa nós votamos com coerência, votamos com vocês e continuaremos hoje votando nesta Casa a favor dos funcionários públicos.

A declaração de voto que nós fazemos em nome do Deputado Algaci Túlio, do Depu-



tado Rafael Greca, do Deputado Namir Piacentini e do Deputado Paulo Furiatti porque nós entendemos que é hora de dar um basta no que está, no que se implantou aqui no Paraná.

Nós votaremos contra o veto do Governador. Votaremos por um piso salarial justo que aprovamos com todos os votos deste Parlamento há poucos dias atrás. Votaremos pela reposição salarial, do IPC integral de março para não acompanhar a política desenvolvida pelo Governo Federal contra o servidor de uma maneira geral.

Por isso, nós queremos de público dizer: votamos hoje e votaremos sempre ao lado do funcionário público.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Pedi-me o ilustre líder da minha bancada, Deputado João Arruda, que, após ter consultado os Deputados Antônio Costenaro, Duílio Genari, Werner Wanderer e Leônidas Chaves, este Deputado viesse à tribuna para fazer algumas rápidas considerações acerca da discussão do veto que se discute nesta oportunidade e a declaração de voto unânime da Bancada pela rejeição do veto.

Mas, não poderia, Senhor Presidente, simplesmente vir a esta tribuna que o voto da Bancada ou que o meu voto pessoal será pela rejeição do veto, sem qualquer alusão ao processo que se discute.

O fato me parece grave. Não me parece grave, é gravíssimo.

Exerci por dois anos a Liderança da Bancada do PFL nesta Casa e mesmo antes os anais desta Casa registram preocupação de tantos Parlamentares, que aqui estão há anos, com a situação econômico financeira do Estado que não vai bem há alguns anos.

Quando a folha de pagamento do Estado, e o Governo de Ney Braga era por volta de 65% da Receita, já nos preocupava porque desde o início do Governo José Richa, o Estado começou a obter mais empréstimos e pagando menos os juros, e o número de funcionários do Estado aumentava, e vem aumentando nos últimos anos. O número dos cargos, especialmente, os cargos comissionados, os famosos DASS, 5, 4, 3 e 2... Não me é surpresa agora quando o Governador, ao anunciar o veto encaminhando Mensagem a esta Casa, Senhor Presidente, ele diz que, mantidas as emendas votadas por esta Casa, a Mensagem encaminhada pelo Senhor Gover-

nador, a despesa de 4,7 bilhões alcançaria a cifra assustadora de 9 bilhões de cruzeiros. E ainda ontem, e é oportuno que me ocorra neste instante, o Deputado Luciano Pizzatto, que foi o Relator, foi quem estudou mais a fundo o Projeto do Orçamento, a Mensagem do Orçamento, ele ainda lembrava ontem, ao fazer alusão às Mensagens do Senhor Governador, de revisão ao mesmo Orçamento de 90, que números levantados por Sua Excelência, o Estado havia arrecadado até o dia 30 de abril: 25, 3 bilhões, contra despesa de 23,5 bilhões de cruzeiros.

Quer dizer, Senhores Deputados, o Estado não tem dinheiro. E como fica?

Nós todos, professores, funcionários, sabemos se diante do quadro do Senhor Governador do Estado faltou recursos, o de recorrer à Justiça, porque ele faz aqui alusão clara no seu veto que se sustenta em dispositivo constitucional que também no meu modesto entendimento, sobre isso não há nenhuma dúvida. Mas e daí, como fazer?

Perguntava-me o Deputado João Arruda qual a contribuição que o Poder Legislativo pode dar a esse impasse, porque não é fácil o Estado parar, cerrar as portas de suas escolas, quase 60 dias porque parando a escola pára o País, pára o Estado, pára a educação, pára o amanhã, a sabedoria!

Alguma contribuição nós deveríamos dar. Eu acho que demos quando votamos as emendas, se bem que também devemos nos lembrar que tivemos duas sessões no mesmo dia; acho que foi de forma atrapalhada, desnecessária. Eu ainda lembrava as palavras do Líder da Bancada Situacionista, Deputado Caíto, que o Senhor Governador vetaria como vetou aquelas emendas. Portanto, não se encerrava naquela oportunidade o pleito dos Senhores do Magistério, dos Senhores Professores.

O que me parece, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao manifestar o nosso voto pela rejeição, quer nos parecer que não há muito o que se fazer.

O Governo do Estado encaminha a esta Casa, Projeto de Reforma Administrativa do Governo. Ela é muito modesta em se tratando de enxugamento da máquina que, está muito usual, se falar na economia, nas despesas - é muito modesta a Mensagem. Mas não me parece outra forma senão buscar, toda e qualquer economia na máquina administrativa, todas as despesas supérfluas ou possíveis de serem retiradas do erário e direcioná-las, ou direcionar os recursos advindos de toda essa economia possível para o Magistério. E é evidente que isso não se fará num mês ou dois meses.

Mas, Senhores Deputados, queremos nós, ainda da nossa Bancada e tenho a impressão que é de todas, são todas as Bancadas preocupadas com a solução para que o pro-

fessor volte para a sala de aula, trabalhando, ensinando com algum estímulo e ele não vai voltar com nenhum estímulo, porque ele não tem nenhum, não lhe acena nada para depois.

É preciso, Deputado Caíto Quintana, e sei da preocupação também de Vossa Excelência, seria muito mais cômoda a Bancada do PMDB votar também pela rejeição, mas, não seria esse seu papel.

Mas pode a Bancada do PMDB e a Liderança, gestionar ainda junto ao Senhor Governador para que sejam envidados todos os esforços possíveis, no sentido de buscar, procurar em todo o Estado do Paraná, recursos para que se possa satisfazer, não de todo, é impossível, a esta classe que tem que ser não amparada, nem protegida, mas, tem que ser vista como mola mestra, como pilar, não da nossa economia, mas do nosso futuro.

Sem educação, sem o ensino, não teremos futuro, não teremos desenvolvimento, não teremos amanhã. Todos sabemos disto.

Concluo, Senhor presidente, ao manifestar o nosso voto para dizer que ainda aguardamos uma solução que possa contemplar possibilidades do Estado e o anseio com justiça do Magistério do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvi atentamente todos os pronunciamentos que aqui foram feitos, mas definitivamente uma posição aqui merece um pouco mais de análise, porque ele teve um endereço errado. É com relação ao pronunciamento do Deputado Dirceu Manfrinato.

O Deputado Dirceu Manfrinato está enganado. Aqui estou vendo uma sociedade inteira violada por um Governo que hoje dirige o Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Quero discordar com o ilustre Deputado Paulino Delazeri. Não disse isto a todos os que estão aqui. Todo o mundo entendeu a quem eu me dirigi. É isto que tenho dito, a postura do homem público tem que ser séria. O Deputado Paulino está querendo aplausos da Casa, acusando-me agora, quando ele foi um artista da rede Globo no "Jornal Nacional" dizendo que devolveu o dinheiro do seu pagamento. Só que a Presidência, através da legislação interna deste Poder Legislativo, determinou que os Deputados que qui-

sessem receber seus salários tinham que requerer por ofício. O ilustre Deputado que devolveu o dinheiro e saiu como artista da Rede Globo, e está registrado na Casa que assinou requerendo seus salários que achava demais. Então, o Senhor não tem autoridade moral para criticar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PAULINO DELAZERI - Continuando, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Considero que prejudicados neste Estado, são os 60 mil professores, os dois milhões de alunos e todas as famílias que têm filhos nas escolas públicas. Estes, são os prejudicados por um Governo que Vossa Excelência defende aqui como se estivesse vivendo...

O Sr. Dirceu Manfrinato - O Senhor explique a situação de Palotina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Paulino Delazeri e a Mesa, a fim de que os trabalhos se tornem mais eficientes e rápidos, vai ler o artigo 98: "O Presidente: não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita "pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo regimental". A palavra "pela ordem" não será mais concedida a não ser que se indique o artigo regimental.

O SR. PAULINO DELAZERI - Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vim aqui, para reconhecer e dizer que o Governo, do qual a bancada do PMDB sustenta no Estado do Paraná, cometeu um estelionato político com este Estado. Mas muito mais do que com o estelionato político, cometeu contra os professores e os estudantes e todas as famílias do Paraná.

Eu aqui quero chamar a atenção dos professores, para a gente aprofundar um pouco mais essa análise.

Eu não tenho nenhuma dúvida professores, de que se os filhos das elites dirigentes do Estado do Paraná, tivessem seus filhos estudando nas escolas públicas na sua maioria, o conflito que nós vivemos hoje, já teria acabado, porque eles estão muito mais no poder, para defenderem interesses e privilégios grupais, do que para defender os interesses da sociedade do Paraná.

E, hoje, nós vemos sim, todos os pais e as mães dos estudantes das escolas públicas deste Estado, profundamente deprimidos, desorientados e violentados nos seus direitos de contribuintes, para ter escola pública e gratuita para os seus filhos.

Estão aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os professores transformados em

verdadeiros explorados e humilhados, tendo que até apelar para as economias de seus familiares e seus parentes, para sobreviver em função da grande pressão e opressão que sofrem hoje, do Governo do Paraná.

Por isto, eu tenho certeza, de que esta Assembléia Legislativa, não perdeu ainda o senso crítico que deve ter, para ser o pêndulo de solução dos conflitos da sociedade que nós representamos, e de que apesar do voto secreto, que vai ser o instrumento da votação, muitos Parlamentares aqui, mesmo do PMDB, por não terem perdido a consciência crítica, haverão de votar favoravelmente, para que os professores saiam dessa luta com dignidade e voltem para as escolas não frustrados, não violentados, não oprimidos, mas voltem com a força da luta vencida, para poderem encaminhar os nossos filhos para um futuro um pouco melhor do que vivemos todos nós, encaminhar um processo de educação, que se faz fundamental e necessário para superarmos esta profunda crise e o subdesenvolvimento que nós vivemos.

É por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que envoquei no início, que o endereço do pronunciamento feito anteriormente, foi à pessoa errada, porque os violentadores e os estuprados estão no Governo do Paraná, administrando o Estado e promovendo este caos e esta crise que aí está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, Senhores funcionários públicos. Essa Casa, na tarde de hoje, não vota a questão da solução do impasse da greve dos professores. Essa Casa vota hoje, um veto governamental aposto sobre emendas apresentadas por esse Plenário.

Tendo dito e ouvia o pronunciamento do nobre Líder do PFL, Basílio Zanusso, integrante da Bancada do PFL, falando pela sua Liderança, quando pedia que participássemos dos entendimentos para a finalização da greve, a quem admiro a postura, o equilíbrio e a forma de comportamento. E falo, neste instante, aos meus Pares desta Casa, e falo aos professores que aqui estão, com a consciência tranqüila, de quem não se omitiu e não se omitirá na tentativa da solução do impasse desta greve, que lamentavelmente já perdura por tanto tempo.

Se sou a favor de um piso salarial, tenho dito constantemente aos integrantes da Comissão de Greve: sou a favor de um piso salarial. Sei que isto está registra-

do nos livros de ata das negociações da APP. E sei que ficará registrado nos Anais da Assembléia Legislativa. O que não posso deixar passar aqui, principalmente aos prezados componentes da classe do magistério, é que nós venhamos, neste dia, decidir, independentemente do resultado da votação, a decisão da questão salarial. Porque senão, estaríamos sendo falsos, estaríamos enganando uma galeria inteira, que quer ver a solução do seu impasse, levando para os mais variados recantos do Paraná, nas delegações que aqui estão, a expectativa de que a votação daquilo que possa ocorrer aqui na Assembléia venha a implementar, definitivamente, na folha de pagamento e no bolso do professor ou do servidor público, uma melhoria salarial.

Por que digo isso, Srs. Deputados e Srs. Professores? Porque existem iniciativas de leis determinadas pela Constituição, aprovada em 05 de outubro de 1988, por este Plenário, que disciplinam a origem de leis entre Poder Executivo e Legislativo, e respeita a autonomia do Judiciário.

Ontem, quando o Tribunal de Justiça enviou a esta Casa uma mensagem reformulando matéria de competência do Tribunal de Justiça, que enviava à Casa a passagem para entrância final, a Comarca de Foz do Iguaçu, duas ou três emendas de Plenário criavam novas Comarcas.

O que fez a Mesa? Corretamente transformou como sugestão ao Judiciário e não pôs as Emendas em votação. Por que não as pôs? Porque a matéria referente à organização judiciária compete com exclusividade, na sua iniciativa, ao Poder Judiciário.

Enviou o Executivo uma mensagem a esta Casa, de um aumento de 60.61% ao servidor público do Paraná. Eu não quero discutir aqui o mérito, se recompôs as perdas salariais ou não recompôs. Se o salário do servidor público está dentro dos parâmetros que se quer ou não está. O que discute esta Casa, até por ser um Parlamento e uma Casa de Leis, é se é constitucional ou não, aquilo que se apresenta aqui. E se estou falando isto, é pela preocupação pela expectativa que possa se gerar e pela continuidade de um movimento que todos nós queremos que termine.

Srs. Deputados, Srs. Professores, o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, que esta Casa votou, diz que: "Reservado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador: 1 - criação de cargos, funções ... I - Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração."

Notem bem, iniciativa privativa do Go-

vernador!

Muito bem. Por este artigo se cumpriu a Constituição, a iniciativa foi do Governador. Mas, se casarmos o Art. 66 com o Art. 68 da Constituição, que diz: "Não é permitido aumento de despesa prevista. § 1º - Nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador."

Infelizmente, Srs. Deputados, infelizmente, Srs. Professores, não há tribunal que, se eventualmente cair o veto aqui nesta Casa e o Governo questionar no Judiciário a legitimidade da medida que foi votada aqui, não há tribunal que não vá reconhecer o Art. 66 em combinação com o Art. 68, de que as emendas apresentadas aqui são inconstitucionais! Em que pé nós ficaremos? Nós, Bancada, o Governo e os Professores? Na expectativa de uma decisão do Judiciário? Se ela demorar 15 dias, como ficará o professor do Paraná? Aguardando saber aquilo que o Judiciário vai votar? Quando, constitucionalmente, evidentemente o final do julgamento será pela inconstitucionalidade das Emendas? O que nós estamos avançando com isso? O que se avança na implementação verdadeira, na folha de pagamento? Então, vote-se como votar, neste Plenário, a única coisa que eu gostaria de deixar claro, é que essa votação, Srs. Deputados, não está decidindo se vai-se implantar ou não, na folha efetiva de pagamento do servidor, o benefício por ele pleiteado!

E não nos cabe acender falsas ilusões. O meu pronunciamento, Srs. Deputados, Srs. Professores, pode não ser o mais simpático e eu até agradeço e respeito a atenção que estamos merecendo, nesta Casa, mas não tenho dúvida de que é dos mais verdadeiros!

Até por ter participado das lutas de negociações com a própria comissão de greve, eu sei o que o professor quer! Professor, não vai adiantar nada o meu discurso político, e também usar a tribuna para acusar o governo federal ou estadual. O professor quer uma solução do impasse que estamos vivendo! E quero deixar aqui aos companheiros de Parlamento, à Comissão de greve da APP, aos professores que estão aqui presentes neste Plenário, que continuarei, junto com os demais companheiros de Bancada e os da oposição, lutando para que se possa, efetivamente, implementar um piso salarial ao professor, porque é isso definitivamente que nós queremos!

Esta é uma Casa de Leis, não pode se transformar numa casa de espetáculos! Esta Casa não pode acender falsas ilusões! Esta Casa não pode permitir que no instante em que eventualmente se derrube o veto, venhamos comemorar uma vitória. Que vitória? Vitória de pirro? Vitória que não vai aumentar contracheque de ninguém? Vitória que não vai aumentar salário de ninguém?

Vitória que vai transformar, durante 10, 15, 20 dias os olhos do Professor, olhando para o Judiciário, pensando lá na frente o que o Judiciário vai fazer?

Os arts. 66 e 68 poderão não ser cumpridos nesta Casa, mas certamente serão a luz que irá fazer o Judiciário decidir a pendência, quando ela lá adentrar.

Por isto, prezados companheiros, lideranças de todos os Partidos, lideranças dos professores, a luta pela conquista do piso continuará depois dessa sessão, independente da manutenção ou da derrubada do veto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação em duas vezes.

Ao ser chamado, o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos, onde receberá a carta rubricada do Sr. 1º Secretário, após o que deverá dirigir-se à cabine indevassável, localizada à direita da mesa, onde em seu interior encontrará cédulas sim ou não.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão manifestar-se votando com a cédula contendo a expressão sim; os contrários à manutenção do veto, deverão manifestar-se votando com a cédula contendo a expressão não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência vote, o Deputado Namir Piacentini me solicitou uma informação aqui e quero transmitir um entendimento.

Quem vota contra o veto, vota não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) (Prossegue à chamada dos Srs. Deputados para votação nominal).  
Votaram 50 Srs. Deputados.  
Ausentes, 4 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está liberado para os Srs. Repórteres e cinegrafistas da televisão, a apuração da votação.

Designo uma comissão composta pelos Srs. Deputados: Valderi Mendes Vilela, Neure Carlos Massignan, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, David Cheriegate e Lindolfo Júnior, para comporem a

comissão escrutinadora.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado)  
29 Srs. Deputados - NÃO  
20 Srs. Deputados - SIM  
1 voto nulo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede atenção:  
Pela manutenção do veto - 20 Srs. Deputados.  
Pela derrubada do veto - 29 Srs. Deputados.  
1 voto nulo.

Está rejeitado o veto e aprovado o projeto. (APLAUSOS NAS GALERIAS)

Rejeitado o veto, a Presidência solicita a atenção do Plenário e dos demais presentes, para informar que de acordo com o disposto pelo § 5º do art. 71 da Constituição do Estado, comunicará ao Sr. Governador a decisão adotada por esta Casa em relação ao veto, ou seja: a não manutenção do mesmo pelos Srs. Deputados e enviará o projeto para promulgação do Sr. Governador do Estado.

Informa ainda, que de acordo com o disposto no § 7º do art. 71 da Constituição Estadual, o Sr. Governador disporá de 48 horas para promulgação. Se a lei não for promulgada dentro das 48 horas, o Presidente da Assembléia promulgará e se esse não o fizer, em igual prazo caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA e CAÍTO QUINTANA, que cria "ad referendum" de plebiscito o Município de FLOR DA SERRA, desmembrado dos municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro, e dá os limites e confrontações da área abrangida. (Publ. no D.A. nº 49, de 08.05.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI Nº 284/90

#### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados João Arruda e Caíto Quintana, tem por finalidade criar "ad referendum" de plebiscito, o Município de Flor da Serra, desmembrado dos municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro, e dá outros limites da área abrangida.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que dispõe sobre os honorários de procedimento médicos e laboratoriais pagos pelo IPE ou pelo próprio Estado, os quais obedecerão ao valor do (CH) Coeficiente de Honorário Oficial do dia do pagamento ao profissional.

#### PROJETO DE LEI Nº 265/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Os honorários de procedimentos médicos e laboratoriais pagos pelo Instituto Previdenciário Estadual ou pelo próprio Estado, obedecerão o valor do (CH) coeficiente de honorários oficial do dia do pagamento ao profissional.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.90.

(a) RAUL LOPES

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por três sessões. - Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por três sessões, o Projeto de Lei nº 265/90.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 264/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que destina os veículos automotores a serviço das empresas estatais quando desativadas, automaticamente, para a prestação de serviços de policiamento ostensivo militar, conforme especifica.

#### PROJETO DE LEI Nº 264/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam os veículos automotores a serviço das empresas estatais quando desativadas, destinados automaticamente para a prestação de serviços de policiamento ostensivo Militar.

Art. 2º - Os veículos de que trata a presente Lei passarão a constar do mapa carga da Polícia Militar, devendo ser distribuído proporcionalmente entre as unidades operacionais, respeitando-se as características de cada viatura.

Art. 3º - As verbas destinadas a combustível serão igualmente repassadas à Polícia Militar.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) RAUL LOPES.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de lei nº 264/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 227/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 9.057/89. Aprovado. (Publ.no DA. nº 39 de 17.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 195/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que altera a Lei nº 6.264 de 10.01.72, alterada pela Lei nº 6.470 de 22.10.73 e dá outras providências (FUNRES-TRAN). Aprovado. (Publ.no DA. nº 32 de 02.04.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei nº 195/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 171/90, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que estabelece regras para uso, pelo Poder Público estadual, das formas e meios de comunicação sociais na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estatais, campanhas ou patrocínios de interesse público e dá outras providências. Aprovado. (Publ.no DA. nº 26 de 26.03.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 047/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão mensal de dois salários-mínimos para a viúva do Sr. Atílio Chaves, ex-Prefeito do Município de Enéas Marques. Aprovado. (Publ.no DA. nº 03 de 20.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 046/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão mensal de dois salários-mínimos para a viúva do Sr. Ivo Pedro Feiten, ex-Prefeito do Município de São João. Aprovado. (Publ.no DA. nº 03 de 20.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina Prefeito Atílio Chaves da Silva, a rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180, na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281, no Município de Salto do Lontra. Aprovado. (Publ.no DA. nº 03 de 20.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 035/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que cria o Município de GUARAITUBA, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ.no DA. nº 02 de 19.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 264/89, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Formosa do Oeste PR, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no DA. nº 87, de 11.10.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 264/89

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Nilton Barbosa, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Formosa do Oeste, o imóvel que especifica.

Procedida à análise legal e constitucional, notamos a sua conformidade com o disposto no Art. 53, XIII e XIV, que dá competência à iniciativa sobre a matéria à Assembléia Legislativa.

A medida proposta irá atender a interesses dos serviços públicos municipais, especificada a reversão automática ao domínio do Estado, caso o imóvel tenha destinação adversa à mencionada pelo Art. 2º do projeto.

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, opina favoravelmente à aprovação do presente plano de lei, nada encontrando que possa regimentalmente obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

##### PROJETO DE LEI Nº 264/89

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o plano de lei em tela visa AUTORIZAR O PODER EXECUTIVO A DOAR AO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE, o IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

Nos planos legal e constitucional, a matéria veio a merecer pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, pois encontra-se em consonância com o disposto no artigo 53, XIII e XIV da nova Carta Magna Estadual.

A presente proposta fundamenta-se essencialmente nas aspirações de lideranças políticas locais, juntamente com a Administração do Município, tendo como finalidade o oferecimento à comunidade de serviços de melhor qualidade, tendo em vista o crescimento sócio-econômico do mesmo, que vem sendo prejudicial pela inexistência de acomodação adequada dos diversos setores da administração municipal.

Por tudo que foi exposto, podemos verificar, que a medida virá ao encontro dos interesses dos servidores públicos municipais, especificada a reversão automática ao domínio do Estado, caso o imóvel tenha a sua destinação diversa da mencionada pelo art. 2º do projeto em questão.

Nestas condições, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicações, chamada a opinar, através de seu Relator, vem a fazê-lo, conforme o disposto no artigo 53 do Regimento Interno, seguindo o pronunciamento da Comissão supra citada, por entender que, nos aspectos que lhe cabe analisar, inexistem óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta, por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 264/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.89.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 204/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a estadualização e denomina trecho da rodovia PR-082, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 72 de 17.08.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 204/89

##### PARECER:

O ilustre Deputado ORLANDO PESSUTI apresenta para apreciação o presente Projeto de Lei nº 204/89, propondo a necessária autorização ao Poder Executivo para estadualizar o trecho da Pr-082, entre os Municípios de Jardim Alegre e Grandes Rios, conforme especifica, bem como denominando pela aludida estrada de "RODOVIA OSCAR VIRMOND DE ARRUDA".

O plano legal está perfeitamente justificado. É, inclusive, meritório o pedido de estadualização.

Por outro lado, OSCAR VIRMOND DE AR-

RUDA é merecedor da homenagem, conforme está mostrado na justificativa, pelo muito que contribuiu para o desenvolvimento do Vale do Ivaí.

Não existe impedimento de natureza legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação deste projeto.

Apresento, portanto, o parecer favorável.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;

ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 293/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera dispositivo de lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei nº 7567, de 08.01.82). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei nº 293/90.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI Nº 293/90

##### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Hermas Brandão, objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7567, de 08.01.82, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, visando desatrelar o funcionamento da Carteira, no que concerne a benefícios e despesas, dos índices sempre temporários instituídos pelo Governo, como a ORTN, OTN, BTN, cuja interferência no VRC tem causado prejuízos, tanto na arrecadação como nos benefícios concedidos aos aposentados.

Procedida a análise legal e constitucional do presente plano de lei, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

NELSON VASCONCELLOS - Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 285/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO e OUTROS, que obriga aos órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundações e Empresas de Economia mista do Estado, a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em



cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 285/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Hermas Brandão, objetiva obrigar os órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista do Estado do Paraná, a encaminhar ao exame e aprovação desta Assembléia Legislativa, todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada.

Ao proceder-se à análise da iniciativa, notamos a defesa e cumprimento do princípio constitucional da moralidade pública, que visa empreender transparência nos atos da administração estadual, além de fortalecer a aplicabilidade dos institutos fundamentais do Poder Legislativo, o de legislação, fiscalização e limitação dos atos emanados pelo Executivo Estadual. Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável à iniciativa, opinando pela aprovação do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões. Aprovado.

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei n° 285/89.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - A Bancada do PSDB se manifesta contrária a este requerimento e convoca os seus liderados para votarem contra o requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA - Matéria vencida, Sr. Presidente.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 276/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, desmembrado do Município de Goioerê, com divisas que especifi-

ca. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 276/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Namir Piacentini, objetiva criar "Ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê, com as divisas que especifica.

Ao proceder-se a sua análise, notamos a conformidade da iniciativa com os preceitos ditados pela Lei Complementar a Constituição Federal de n° 01 de 09.11.67 (ainda vigente argüido o Princípio da Anterioridade da Lei vigente) e pela Lei Complementar a Constituição Estadual de n° 27 de 08.01.86, argüido também o Princípio supra mencionado.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

VALDERI MENDES VILELA - Relator.

PROJETO DE LEI N° 276/90  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia na linha de divisa das Glebas 15 e 23 no Rio Comissário ou Vieiras. Do ponto inicial segue pela linha de divisa das Glebas 15 e 23 até o Rio Caracol, sobe por este até a ponte na estrada M5, segue por esta até a estrada Jaracatiá-Arapuan, por está até a ponte sobre o Rio Caracol, sobe por este até o prolongamento da Estrada Fazenda Santo Antônio, deste ponto em linha reta e seca, numa distância aproximada de 1500 metros até a Estrada Fazenda Santo Antônio, segue por esta até a BR-272, por esta até a linha de divisa das Glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo Norte-Sul até a Estrada da Divisa ou GO 190 (Divisa Intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte do Rio Comissário ou Vieiras, desce por este até a linha de divisa das Glebas 15 e 23 ponto inicial e final."

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de  
RANCHO ALEGRE D'OESTE

"Inicia no encontro da Avenida Um com a PR 472. Segue pela PR 472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a Rua Dois; por esta até a Rua 1, Rua 1 até a Rua 6, Rua 6 até a Rua Morta (que é divisa do lote Rural 75), Rua Morta até a Av. Um, Av. Um até a Rua Morta 2 (que é divisa do lote Rural de Sebastião Moreira), Rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a e deflete incluindo a quadra 29 até a Rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da Rua 3 até a quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo Norte até atingir a Travessa Sem Nome, deste ponto segue rumo Oeste até o final da Quadra 27, deste ponto rumo Norte até o encontro com a Avenida Um com a PR-472, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoiamento: PAULO FURIATTI, RAFAEL GRECA,  
VALDERI MENDES VILELA e ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

As divisas do município em questão sofreram estas alterações de acordo com os dados disponíveis no IBGE.

- Em votação a Emenda Substitutiva Geral. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que concede à Sra. Ignês Piccolo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Sr. Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 270/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade conceder à Sra. Ignês Piccolo de Oliveira, viúva do ex-Prefeito de Andirá, Sr. Mauro Cardoso de Oliveira, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos.

A medida consubstanciada no projeto de lei em tela é justo e de alto cunho social e humanitário. Além disso, não encontra esta Comissão, óbice legal ou constitucional ao mesmo.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN Relator

Curitiba, quinta, em 17.05.90

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispensa o requisito referente a idade, quando da habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de quatro anos consecutivos ou não.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 104/90

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado HERMAS BRANDÃO, tem por finalidade dispensar o requisito referente a idade, quando de habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de quatro (4) anos consecutivos ou não.

Analizando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

E ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei nº 104/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei nº 104/90.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 45/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do Senhor Antônio de Paiva Cantelmo, ex-prefeito de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 44/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina Ricieri Cella a Rodovia PR-475, ligando os Municípios de Francisco Beltrão a Verê. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 38/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Sta. Izabel do Ivaí, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Mônica. Com PARECER FAVORÁVEL.

da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 37/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de VILA NOVA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 23/90, de autoria dos Deputados NAMIR PIA-CENTINI e NILTON BARBOSA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 349/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 132/88), que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, n° 750 e que compreendem duas áreas conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade; C.O.P.T.C. e C.S.P., por maioria. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI N° 349/88.

"Art. - A alienação do imóvel descrito no artigo 1° deverá ser efetuada mediante a entrega, pelo vencedor da licitação, de pelo menos dois estabelecimentos prisionais no Estado do Paraná, com capacidade de internação superior à atual em 100% (cem por cento), em locais previamente determinados pela administração pública, construídos de acordo com modernas técnicas para estabelecimentos do gênero, de forma a possibilitar o máximo de segurança com a oferta de espaços e equipamentos capazes de proporcionar condições de vida digna e a conseqüente recuperação dos internos.

§ 1° - O atendimento dos requisitos deste artigo é condição para imissão de posse do imóvel alienado;

§ 2° - A apresentação dos projetos de construção dos novos estabelecimentos é condição para participação da licitação.

§ 3° - A autorização prevista no artigo 2° só poderá ser usada após o cumpri-

mento do disposto neste artigo".

Sala das Sessões, em 17.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Nereu Carlos Massignan, Hermas Brandão, Werner Wanderer, Basílio Zanusso.

EMENDA DO DEPUTADO RUBENS BUENO. Em votação, em discussão. APROVADA.

Há uma subemenda do Deputado Pedro Tonelli. É a mesma emenda da sessão de ontem transformada em subemenda.

A Mesa suspende a sessão por cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

A emenda do Deputado Rubens Bueno já foi aprovada. Há uma subemenda do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, aprovada a emenda do Deputado Rubens Bueno, não prejudica a do Pedro Tonelli?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deveria prejudicar, mas é tanta insistência do Deputado Pedro Tonelli que vamos dar uma chance para ele em plenário.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, queira, por gentileza, mandar ler o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda foi lida na sessão de ontem e foi prejudicada.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem apresentei uma emenda ao projeto de lei de venda da prisão do Ahú, dos bens imóveis do Estado. E a emenda foi prejudicada segundo decisão da Mesa Executiva, porque foi apresentado um substitutivo e que foi aprovado por este plenário. Obviamente como o substitutivo não tinha emenda a ele, mantenho o mérito, porque analisei o substitutivo. O substitutivo do Deputado Rubens Bueno, que é ótimo, que subscrevi e votei favorável, apresentei subemenda com o seguinte teor, Deputado Ferrari Júnior:

"A alienação do imóvel descrito no artigo 1° deverá ser efetuada mediante a entrega pelo vencedor da licitação de pelo menos dois estabelecimentos prisionais no Estado do Paraná, com capacidade de internação superior a atual em cem por cento,

em locais previamente determinados pela administração pública, construídos de acordo com modernas técnicas para estabelecimentos do gênero, de forma a possibilitar o máximo de segurança, com a oferta de espaço e equipamentos capazes de proporcionar condições de vida digna e a conseqüente recuperação dos internos.

Parágrafo 1º - O atendimento dos requisitos deste artigo é condição para emissão de posse do imóvel alienado.

Parágrafo 2º - A apresentação dos projetos de construção dos novos estabelecimentos, é condição para participação na licitação.

Parágrafo 3º - A autorização prevista no artigo 2º só poderá ser usada após o cumprimento no disposto neste artigo".

Por que apresento esta emenda, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Porque no substitutivo do Deputado Rubens Bueno esta vinculação, esta amarração está muito solta. E nós conhecemos muito bem a administração pública do nosso Governo, que está seguindo o costume do Governo Federal, onde se vendem os bens imóveis da União e do Estado e não se destina para melhorar os serviços públicos. Destina-se para outros fins. Então esta emenda não conflita, ela complementa.

Estou propondo que se assegure, se coloque na lei, o compromisso que somente será transferido o imóvel do Ahú definitivamente, no momento em que o Estado do Paraná tiver garantia de que já está em andamento, já está assegurada a construção de dois presídios, - pelo menos de dois presídios, com o dobro da capacidade que tem o Ahú hoje. Este é o patamar mínimo.

Caso contrário, torna-se nula a presente lei. Porque senão, não tenho nenhuma dúvida, que é possível que o Estado venda este rico imóvel que o Ahú tem aqui no centro da cidade e vai fazer festa com os recursos do Estado do Paraná.

Para que isto não aconteça, é que estou propondo esta emenda e coloco em apreciação para que seja contemplada na lei a presente amarração.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

O SR. PEDRO TONELLI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. A Subemenda.

Um (01) Senhor Deputado aprova. Está REJEITADA a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Quantos rejeitam, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitada a sua Subemenda. Tirando V.Exa, 48.

O SR. PEDRO TONELLI - Só vejo 15 Senhores Deputados no Plenário.

O SR. CÂNDIDO PACHECO BASTOS - V.Exa. acho que não está contando bem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está com os olhos antolhados. APROVADO o Substitutivo Geral. O projeto irá à Redação Final.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1339, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1352, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1353, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1341, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1340, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1343, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Duílio Genari, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1344, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Duílio Genari, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1345, 1346, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1347, 1348, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1349, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de n° 1350, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Mário Pereira e David Cheriegate, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1354, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Embora não tenha recebido ainda, parecer da proposta de Revisão Orçamentária, esta Presidência coloca na sessão de segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 44, 45, 270 e 276/90.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 204 e 264/89; 35, 43, 46, 47, 171, 227, 262 e 284/90.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 170/87; 20/89 e 178/90.

Levanta-se a sessão.